

SONDAGEM ESPECIAL

QUALIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO



Sondagem Especial - Palmas – TO | Ano VI, Nº 1 | Maio de 2019

INDÚSTRIA TOCANTINENSE REPROVA O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO



Seis atributos sobre o sistema tributário brasileiro foram avaliados pelos empresários tocantinenses na Sondagem Especial sobre o tema: Simplicidade, Direitos e Garantias do Contribuinte, Número de Tributos, Estabilidade de Regras, Segurança Jurídica e Transparência. Todos os itens foram avaliados com, no mínimo, 76% das respostas negativas (somatório das respostas “muito ruim” e “ruim”).

Nove em cada dez empresários mencionaram a tributação excessiva como principal problema do sistema tributário brasileiro. Na sequência, em menor intensidade, aparecem os gargalos: custo elevado para recolhimento dos tributos (55%), tributação sobre a folha de pagamento (44%) e tributação em cascata (32%).

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi eleito pelos empresários como o tributo que causa maior impacto negativo sobre a competitividade. Na sequência foi citada a

alternativa contribuições previdenciárias (INSS) com 26% das respostas. Consultados sobre a necessidade de reforma no ICMS, aproximadamente sete em cada dez empresários posicionaram-se a favor, sendo a prioridade principal a unificação das alíquotas entre os estados.

Já em relação aos impactos da Substituição Tributária, mais da metade das empresas submetidas a este regime (53%) acredita que os impactos são negativos e acreditam também que a elevação do custo financeiro é o principal problema causados por este regime.

No que concerne à reforma no PIS/COFINS, 35% dos entrevistados responderam positivamente a essa possível reforma, tendo como principais prioridades a unificação das duas contribuições em uma só, assim como a permissão de apropriação imediata dos créditos de PIS/COFINS pagos em todas as aquisições da empresa.

Número de tributos tem pior avaliação

Dentre os seis itens referentes ao sistema tributário brasileiro, o **Número de Tributos** foi o pior avaliado: a soma das respostas “muito ruim” e “ruim”, alcançou 91%. Na avaliação nacional este item também teve a pior avaliação com um total de 89% das respostas negativas.

Em nível nacional e estadual, os empresários consideram o sistema tributário brasileiro complexo. O item **Simplicidade** obteve 86% das marcações entre “muito ruim” e “ruim” nas duas análises (Brasil e Tocantins).

Já a **Estabilidade de Regras** do sistema tributário brasileiro recebeu 87% das respostas negativas no estado e na análise nacional atingiu 82% das marcações.

No que concerne à **Segurança Jurídica** do sistema tributário brasileiro, o item foi assinalado como muito ruim por 48% das empresas e como ruim por 28%, representando 76% das

respostas negativas. Esse atributo ficou em 79% das marcações “muito ruim” e “ruim” na avaliação nacional.

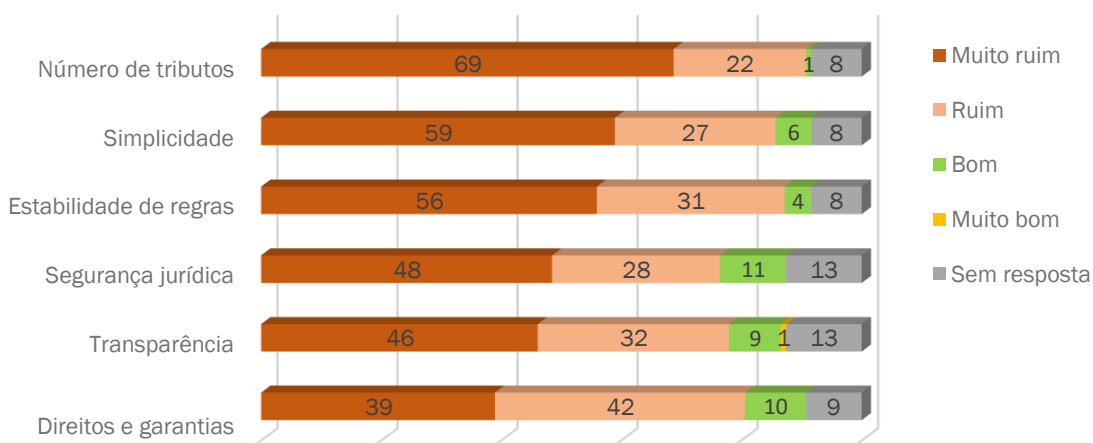
O item **Transparência** do sistema tributário brasileiro foi avaliado negativamente por 78% dos entrevistados do Tocantins e na avaliação nacional esse percentual foi de 80% (somatório das respostas “muito ruim” e “ruim”).

A alternativa **Direitos e Garantias** do sistema tributário brasileiro também foi mal avaliada visto que 39% dos empresários julgam o item como muito ruim e ainda 42% consideram ruim. Desta forma, representou 81% das respostas negativas contra 80% na avaliação nacional.

Os empresários tocantinenses mostraram-se insatisfeitos em todos os atributos relacionados ao sistema tributário brasileiro, independente do porte (pequeno, médio e grande) dos quais fazem parte.

Avaliação da qualidade do sistema tributário brasileiro

Percentual (%) sobre o total de respostas



Nove em cada dez empresários consideram a tributação excessiva o principal problema do sistema tributário

A **tributação excessiva** foi considerada o principal problema do sistema tributário brasileiro na percepção de 90% dos empresários tocantinenses entrevistados. Na visão nacional esse entrave também ficou em 1º lugar e representou 86% das assinalações.

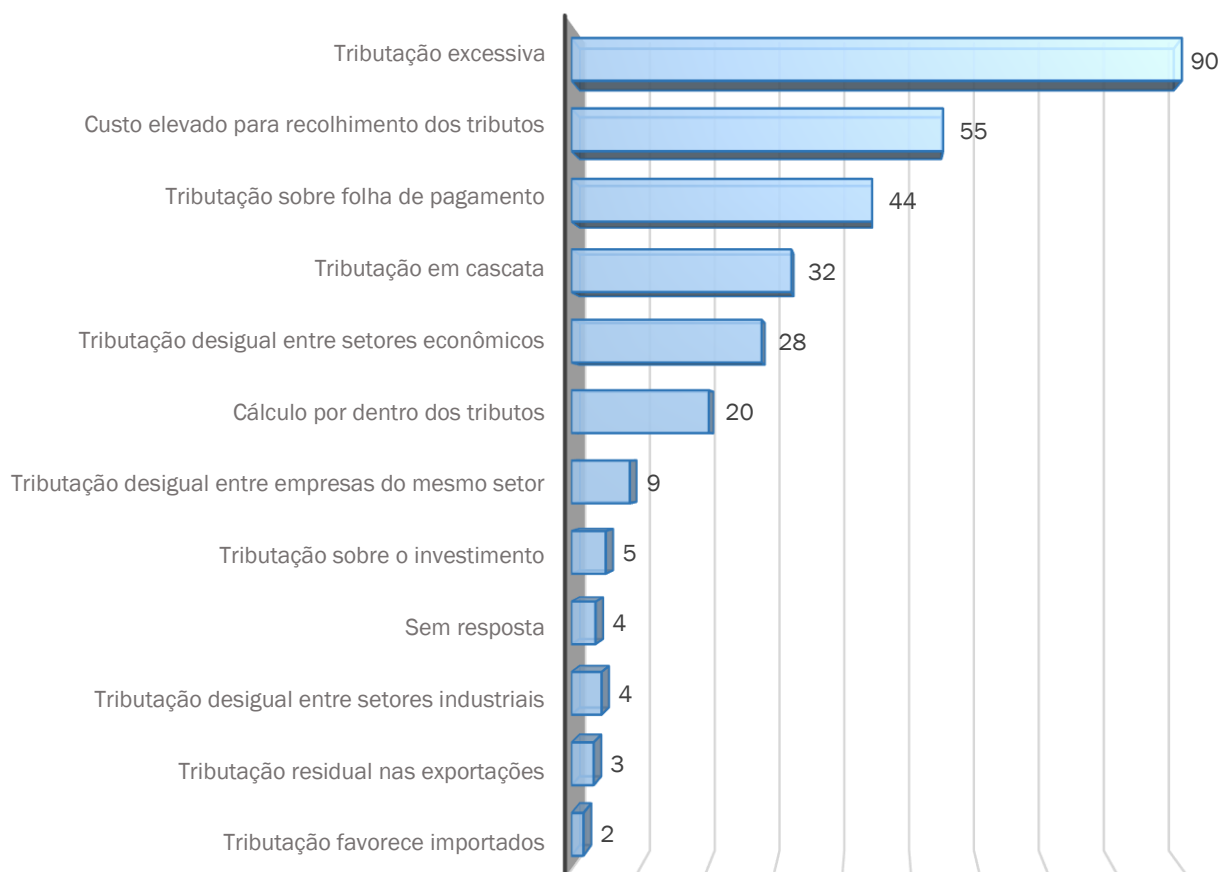
Em 2º lugar aparece o **custo elevado para recolhimento dos tributos**. Nota-se que

este problema afeta proporcionalmente mais as empresas do estado (55%) do que as empresas em nível nacional (41%).

Na sequência, estão a **tributação sobre a folha de pagamento**, que ocupou a 3º posição com 44% das marcações, e a **tributação em cascata**, que ficou em 4º lugar com 32% das respostas.

Principais problemas do sistema tributário brasileiro

Percentual (%) sobre o total de respostas



*A soma dos percentuais ultrapassa 100% em função da possibilidade de mais de uma resposta

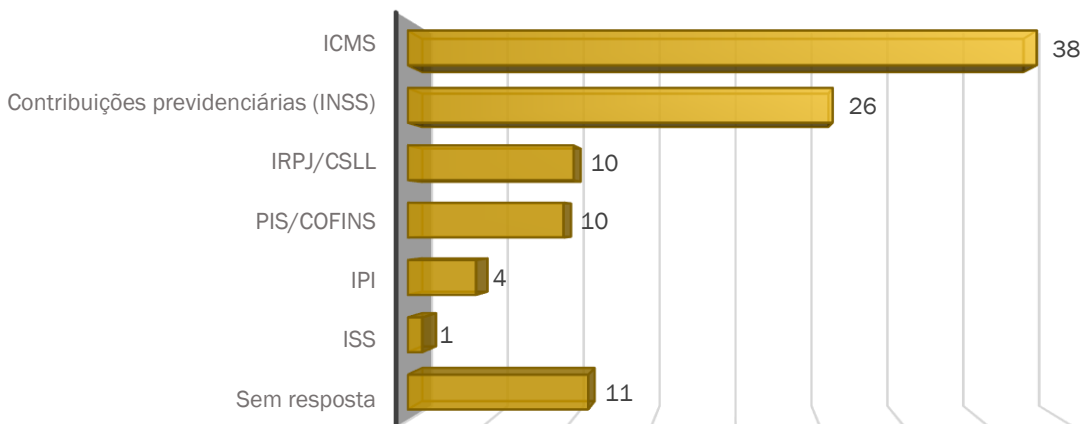
ICMS é o tributo que gera maior impacto negativo sobre a competitividade da indústria tocantinense

Dentre os tributos que causam maior impacto negativo sobre a competitividade, tanto no resultado estadual (38%) quanto no nacional (42%), o **ICMS** (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) foi o mais apontado. Esse tributo também foi considerado o mais negativo na região norte (31%), no entanto, em menor percentual do que aquele observado para o Tocantins e Brasil.

As **contribuições previdenciárias (INSS)** foram o segundo entrave mais assinalado representando 26% das marcações. E em 3º lugar, empatados com 10% cada, ficaram o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (**IRPJ**) / Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (**CSLL**) e o Programa de Integração Social (**PIS**) / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (**COFINS**).

Tributo que causa maior impacto negativo sobre a competitividade

Percentual (%) sobre o total de respostas



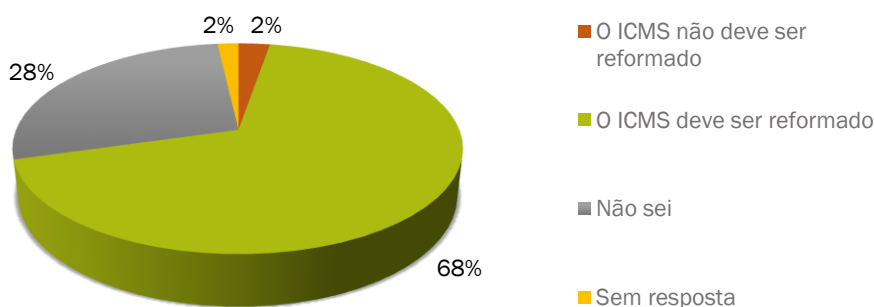
Mais da metade dos empresários do estado defende a reforma no ICMS

Os empresários opinaram sobre a necessidade de reforma no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): 68% mostraram-se a favor de uma possível reforma e somente 2% ficaram contra. Um percentual bastante significativo (30%) não soube opinar ou não tem uma posição definida sobre o assunto.

Na análise nacional, 75% dos empresários acreditam que o ICMS deve ser reformado e apenas 6% mostraram-se contra.

Necessidade de reforma no ICMS

Percentual (%) sobre o total de respostas



Unificação das alíquotas entre os estados é a principal prioridade na reforma do ICMS

Para as indústrias que defendem a reforma do ICMS, a prioridade principal é a **unificação das alíquotas entre os estados** (44%). Observa-se que na análise nacional essa também foi a principal prioridade, no entanto, com um maior percentual de respostas (51%).

Estabelecer legislação nacional aplicada a todos os estados foi a segunda prioridade apontada tanto na análise estadual (22%) quanto na nacional (36%).

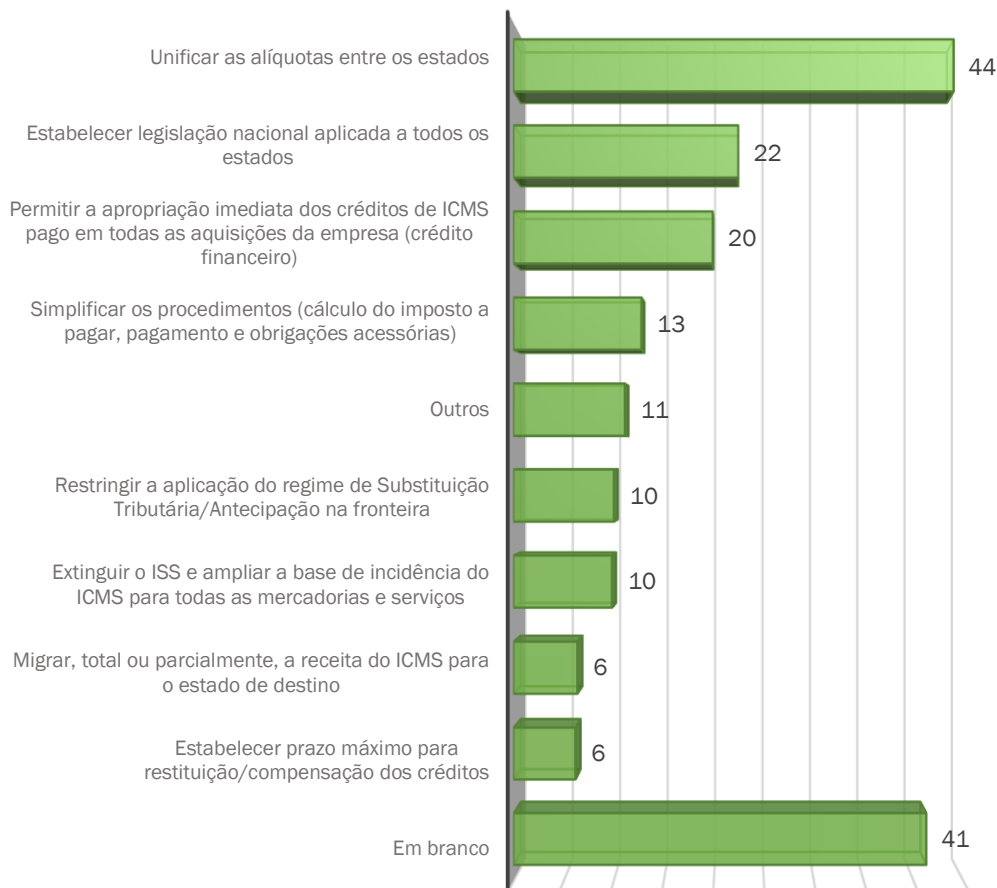
Em 3º lugar, os empresários assinalaram

como prioridade **permitir a apropriação imediata dos créditos do ICMS pago em todas as aquisições de empresas** (20%) e na 4º posição com 13% das marcações ficou a **simplificação dos procedimentos (cálculo do imposto a pagar, pagamento e obrigações acessórias)**.

O percentual de empresários que apesar de defenderem a reforma do ICMS não souberam ou não quiseram opinar foi de 44%. No relatório nacional esse percentual cai para 20%.

Prioridades na reforma do ICMS

Percentual (%) sobre o total de empresas que defendem a reforma



*A soma dos percentuais ultrapassa 100% em função da possibilidade de mais de uma resposta

Mais da metade dos empresários tocantinos reprovam a Substituição Tributária no ICMS

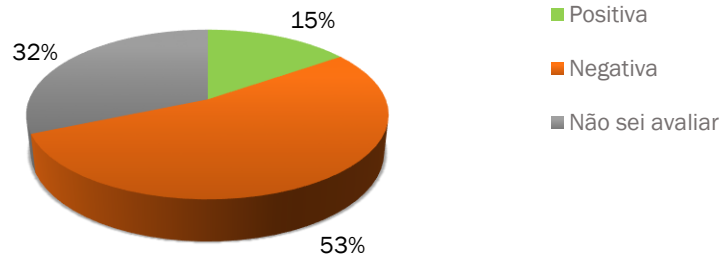
A substituição tributária é um regime no qual a responsabilidade pelo recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é atribuída a outro sujeito passivo, diverso da pessoa do contribuinte.

Desta forma, levando em consideração apenas as indústrias que estão submetidas a este regime, mais da metade (53%) entende que o impacto deste tributo é negativo para seus negócios. Somente 15% avaliaram como positivo e 32%, um percentual bastante expressivo, não soube avaliar ou não respondeu.

No resultado nacional, 64% reprovam e 15% aprovam a Substituição Tributária no ICMS.

Avaliação sobre os impactos da Substituição Tributária nas empresas

Percentual (%) sobre o total de empresas que estão submetidas ao regime



Elevação do custo financeiro é o principal problema causado pela Substituição Tributária no ICMS

Para aqueles empresários que avaliaram negativamente o regime de Substituição Tributária, 88% acreditam que o principal problema é o **aumento do custo financeiro**. Na análise nacional esse entrave também foi o mais mencionado, no entanto, em um menor percentual de respostas (66%).

O **aumento do ICMS das empresas do Simples Nacional** foi o segundo gargalo mais citado (35%). Em 3º lugar surge o item **Margem de Valor Agregado (MVA) é superior à observada no mercado** com 29% das marcações.

Principais problemas causados pela Substituição Tributária

Percentual (%) sobre o total de empresas que avaliam o regime negativamente



*A soma dos percentuais ultrapassa 100% em função da possibilidade de mais de uma resposta

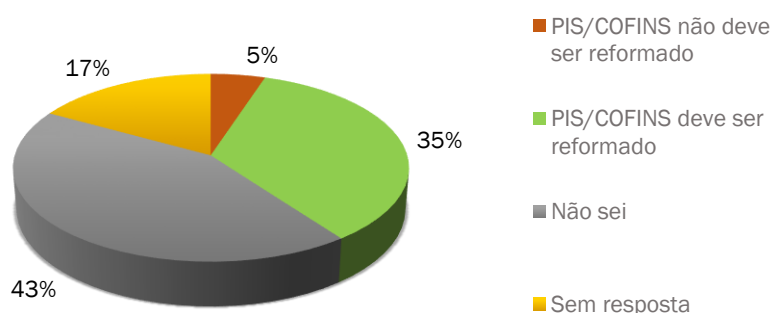
35% dos empresários apoiam a reforma no PIS/Cofins

Os empresários também foram consultados em relação a necessidade de reforma no PIS/COFINS, desta maneira, somente 40% opinaram: 35% mostraram-se a favor e somente 5% posicionaram-se contra. Assim, mais da metade (60%) não respondeu ao questionamento ou não se posicionou a respeito do assunto.

No relatório nacional, do total de empresas entrevistadas, 59% defendem e 7% reprovam a reforma no PIS/Cofins. E 33% não souberam ou não responderam a este questionamento.

Necessidade de reforma no PIS/COFINS

Percentual (%) sobre o total de respostas



Unificar as duas contribuições em uma só é a principal prioridade na reforma do PIS/COFINS

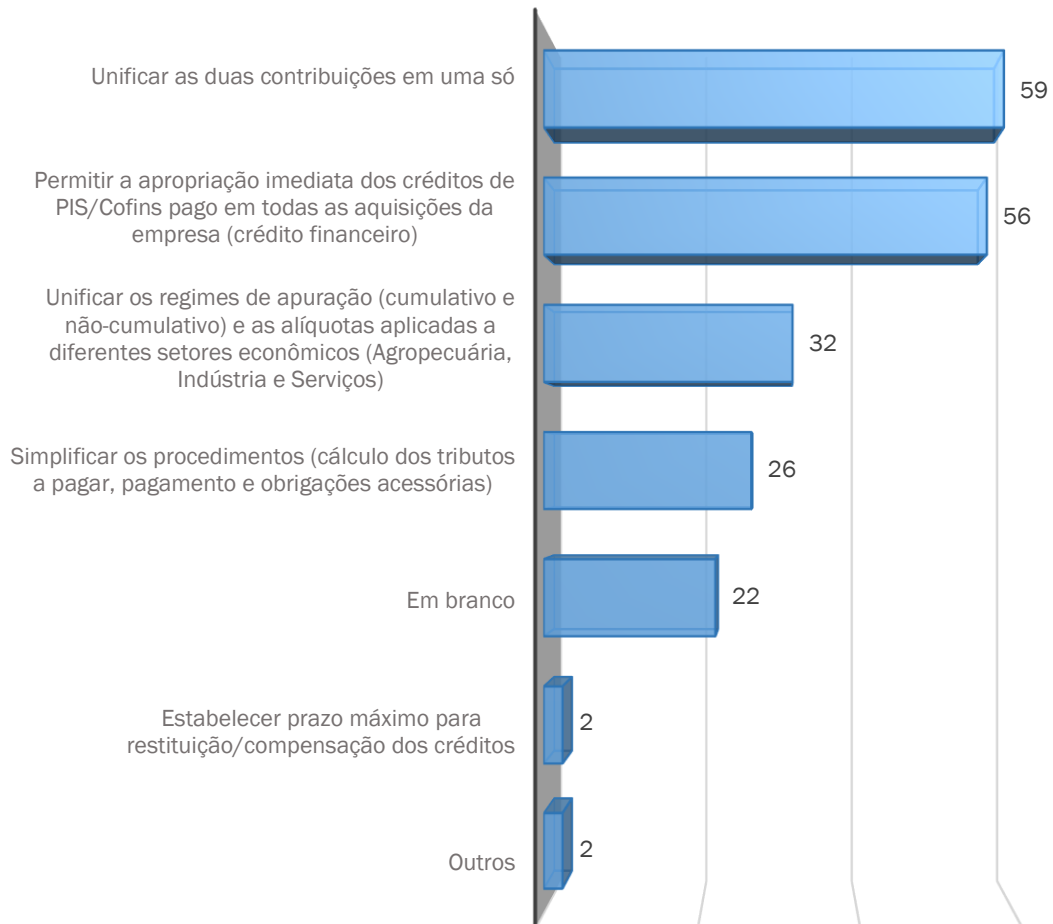
Quanto as prioridades relacionadas a reforma do PIS/COFINS, cerca 6 em cada 10 empresários consultados apontaram como principal prioridade **unificar as duas contribuições em uma só**. Esse mesmo sentimento é notado no relatório nacional em que quase metade dos entrevistados (49%) apontaram este mesmo item.

Em 2º lugar dentre as prioridades surge a **permissão de apropriação imediata dos créditos de PIS/COFINS pagos em todas as aquisições da empresa**, em que foi mencionada por 56% dos empresários.

A prioridade **unificar os regimes de apuração (cumulativo e não-cumulativo) e as alíquotas aplicadas a diferentes setores econômicos (Agropecuária, Indústria e Serviços)** aparece em 3º lugar com 32% dos apontamentos, percentual um pouco superior ao resultado nacional (28%).

Prioridades na reforma do PIS/COFINS

Percentual (%) sobre o total de empresas que defendem a reforma



* A soma dos percentuais ultrapassa 100% devido os empresários terem a opção de marcar até 3 itens

Perfil da amostra: 64 indústrias, sendo 46 de pequeno porte e 18 de médio e grande porte
Período de coleta: 1 a 15 de outubro de 2018

SONDAGEM ESPECIAL QUALIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO ◊ Publicação da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO • Ano 5 • número 3 • Maio 2019 • Unidade de Desenvolvimento Industrial - UNIDES • Gerência: Amanda Barbosa • Estagiário: Ian Victor Coelho de Sousa Oliveira • Coordenação: Gleicilene Bezerra da Cruz • Supervisão Gráfica: Unidade de Comunicação Institucional do Sistema FIETO (63) 3229-5744 • 104 Sul Rua SE 3 Lote 34 A, Centro • Palmas, TO • CEP:77.020-016 • gleicilene@sistemafieto.com.br • www.fieto.com.br • Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.